

Condição de estudos de estudantes do IFPB *Campus* Patos que residem na zona rural

Adriana Maria dos Santos^[1], Nelly Alexandre Marçal^[2], Deyse Morgana das Neves Correia^[3]

[1] adriana_aguabranca@hotmail.com; [2] nellymaral@yahoo.com.br; [3] deyse.correia@ifpb.edu.br. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Campus Patos.

RESUMO

O presente texto apresenta reflexões resultantes de pesquisa realizada no IFPB *Campus* Patos sobre os desafios e perspectivas do alunado residente na zona rural. O objetivo da pesquisa concentra-se em analisar a vivência acadêmica desses estudantes, especialmente no que tange a deslocamento, alimentação, participação em atividades de pesquisa e/ou extensão e acesso a novas tecnologias e recursos midiáticos. Para tanto, um levantamento foi realizado junto a todos os estudantes do *campus*, buscando informações sobre seu perfil residencial (rural e urbano), faixa etária, curso, modalidade de ensino e turno. Essa etapa subsidiou a seleção da amostra, à qual foram aplicados questionários para contemplar o objetivo do estudo. O *campus* apresenta 8% de estudantes moradores de localidades rurais; analisando as realidades desse público na sua rotina de estudos, evidenciamos que 58% realizam o transporte escolar em ônibus e 44% percorrem um trajeto de mais de 2 horas para se deslocar de suas comunidades até o *Campus* Patos do IFPB; 50% nem sempre se alimentam antes de ir para o Instituto e 39% nem sempre se alimentam no período em que estão no *campus*; 30% participam de cursos de extensão oferecidos no horário oposto às aulas; 54% possuem computador em casa, mas apenas 31% com acesso à internet. Os resultados evidenciam a necessidade de planejamento estratégico da assistência estudantil, visando ao atendimento cada vez mais amplo para melhorar as condições de estudo dos estudantes.

Palavras-chave: Meio rural. IFPB *Campus* Patos. Educação profissional. Condição de estudos. Política de interiorização.

ABSTRACT

The present text is a result of a research accomplished in IFPB Campus Patos about the challenges and perspectives of the rural area students. The objective of the research concentrates on analyzing those students' academic experiences, especially related to transport, feeding, participation in research and/or extension activities and access to new media technologies and resources. For that, a survey was conducted with all Campus' students on seeking information of your accommodation profile (rural and urban), age, course, study mode and shift. This step has endowed the selection of the sample, with whom questionnaires were applied to contemplate the purpose of the study. 8% of Campus' population is resident of rural places and, analyzing this public's routine to study, we evidenced that 58% use the bus as transport to the institution and 44% travel an itinerary of more than 2 hours from their communities to the Campus; 50% do not always feed before going to the Institute and 39% do not always eat in the period while on Campus; 30% participate in extension courses offered in the opposite schedule of the classes; 54% have computer at home, but only 31% with access to the internet. The results evidence the need of strategic planning for student assistance, seeking a broader service in order to improve the conditions of the students' study.

Keywords: Rural area. IFPB *Campus* Patos. Professional education. Study condition. Interiorization policy.

1 Introdução

O presente texto apresenta reflexões resultantes de pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – *Campus Patos* sobre os desafios e perspectivas do alunado residente na zona rural, entendida como o espaço que abrange toda a área situada fora dos limites que correspondem às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas (BRASIL, 2014). O fomento da pesquisa decorreu do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT).

O objetivo da pesquisa concentra-se em analisar a vivência acadêmica dos estudantes que moram no campo, especialmente no que tange a deslocamento, alimentação, participação em atividades de pesquisa e/ou extensão e acesso a novas tecnologias e recursos midiáticos.

Ao fazer uma breve análise sobre a situação da educação no país, constata-se uma histórica ausência do Estado na oferta desse direito no meio rural. Na história brasileira registra-se que a implantação da escola no território rural deu-se tardiamente e não contou, no seu processo de consolidação, com o suporte necessário do poder público, fator que até a atualidade em muito contribui para a manutenção das fragilidades educacionais que permanecem no campo.

As desigualdades educacionais, principalmente no que tange ao acesso e à qualidade, se instauraram nos diversos níveis de escolarização. Apenas 18% das crianças de 0 a 3 anos têm acesso à creche. Ainda há 27,2% das crianças de 4 a 5 anos sem acesso à pré-escola pública. O ensino fundamental (6 a 14 anos) se desenvolve em níveis insuficientes e desiguais de desempenho e conclusão, com acesso limitado para alunos com deficiência. Já o ensino médio (15 a 17 anos) apresenta níveis insuficientes de acesso, permanência, desempenho e conclusão (MOLINA et al, 2009).

Os números que revelam as desigualdades no ensino profissional são mais desafiadores, visualizados em seus três níveis: formação inicial e continuada ou qualificação profissional (80% do alunado profissional); técnico de nível médio nas modalidades integrado e subsequente (17,6% dos estudantes); e graduação tecnológica (apenas 1,5% dos que frequentam educação profissional) (MOLINA et al, 2009; CALDART et al, 2012). Esse afunilamento ocorre

historicamente, uma vez que a instituição profissionalizante propedêutica e tecnológica, desde suas origens, tem um caráter seletivo.

Problemáticas existentes na educação de moradores de áreas rurais sugerem uma gama de caminhos de investigação e acompanhamento da vivência discente, que vinculam o olhar sobre as políticas de interiorização dos Institutos Federais às políticas de assistência estudantil.

Em associação ao modelo de educação profissional em vigor no país, as políticas de assistência estudantil vêm apoiar as condições de acesso e permanência dos estudantes nos cursos da rede de educação profissional e tecnológica. Esse apoio social tem um fundamento pedagógico voltado para o enfrentamento da evasão escolar, do baixo rendimento e do desinteresse ou dificuldades no aprendizado. Segundo Melo (2009), as problemáticas educacionais não estão ligadas exclusivamente à qualidade da instituição escolar e/ou ao nível de ensino ofertado, e sim a fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de cunho social vivenciados pelo educando e sua família.

A análise desta pesquisa, apresentada nos itens que seguem, evidencia a necessidade de planejamento estratégico da assistência estudantil, visando ao atendimento cada vez mais amplo para melhorar as condições de estudo dos estudantes.

2 Fundamentação teórica

O processo de escolarização de estudantes do meio rural foi marcado por um padrão de baixo atendimento educacional que se manteve por décadas e décadas, produzindo uma desigualdade entre as situações educacionais do campo e da cidade.

A implantação dos programas educacionais para o meio rural no Brasil remonta ao século XX e foi fortemente marcada pelo modelo excludente de desenvolvimento do campo brasileiro, caracterizado por uma estrutura agrária fundada no latifúndio e na monocultura, na produção para exportação e em relações de dominação e exploração do trabalhador. Desse processo, como explica Fernandes (1999), resulta uma concepção hegemônica que pensa o espaço rural da pequena propriedade, da agricultura familiar camponesa, como algo à parte, atrasado, fora dos avanços do desenvolvimento, fora da realidade definida pela representação do latifúndio agroexportador e da visão urbana, tida como moderna e avançada.

Tal constatação evidencia que o campo da produção camponesa não se constituía em um espaço prioritário reconhecido pelo Estado por meio de políticas públicas e sociais. Nesse sentido, Calazans (1993, p.16) afirma que “é essencial destacar que as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem do campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora”. Como evidenciado na fala da autora, os homens e mulheres que moravam e trabalhavam no campo eram privados de vários direitos, entre eles o da educação, pois, para o modelo de sociedade da classe hegemônica e para o governo, a educação não era vista como prioridade.

Em decorrência das transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1930, contexto em que se verificaram os avanços da industrialização e do processo de urbanização da sociedade brasileira, cresceu a demanda pelo acesso à educação. Nesse contexto, a escolarização passou a representar um ponto crucial para solucionar os conflitos produzidos pelas transformações na base econômica do país. Também a partir dessa conjuntura histórica, o país passou a viver vários momentos de luta política e mobilização social em favor do reconhecimento, da garantia e da efetividade do direito da população brasileira à educação pública, gratuita e de qualidade (COSTA, 2010).

Imbuída nesse processo de contradições, de luta de classes e de negação histórica, pelo Estado, dos direitos essenciais aos camponeses, nasce a Educação do Campo como uma concepção que visa à ampliação da denominação educação rural, visto que incorpora outros espaços como a floresta, a pesca, o extrativismo, entre outros. Vinculada originariamente aos movimentos sociais, a Educação do Campo foi incorporada pelo Ministério da Educação (MEC) ao marco regulatório que orienta a formulação e a implantação de ações voltadas para a educação no contexto da diversidade.

Diante do quadro de indicadores de acesso da população do meio rural à educação, que revela impossibilidades de continuidade dos estudos e elevadas taxas de distorção idade-série afetando a trajetória escolar, a atenção das políticas públicas tem-se voltado para a oferta da educação no campo brasileiro, com o intuito de produzir ações capazes de desencadear mudanças na realidade educacional desse território.

A política de interiorização da educação profissional e superior intercrusa-se, nesse sentido, com o movimento de sua própria consolidação e legitimação perante a sociedade, implicando na implantação de políticas governamentais e institucionais voltadas para o atendimento de necessidades básicas das comunidades nas quais as instituições encontram-se inseridas e na ampliação da oferta de vagas nas regiões anteriormente não beneficiadas.

A interiorização como estratégia governamental aponta repercussões positivas na ampliação do âmbito da educação profissional e tecnológica, a partir do objetivo de inclusão de setores da sociedade historicamente excluídos. Essa inclusão dá-se tanto pela lógica da interiorização, aproximando a oferta de cursos das diversas regiões, quanto pela criação de oportunidades para a continuidade dos estudos em outros níveis e modalidades de ensino.

3 Metodologia

A proposta metodológica desta pesquisa abrange estratégias qualitativas e quantitativas. A aproximação quantitativa se detém na coleta de informações básicas sobre os estudantes regularmente matriculados no IFPB *Campus* Patos no ano de 2013 que moram no campo. Para tal procedimento, realizamos, com a colaboração do setor de controle acadêmico do Instituto, um mapeamento e levantamento de dados, especialmente sobre o curso e as regiões de moradia.

Para dar corpo à abordagem qualitativa, foi privilegiada a aplicação de questionários junto aos estudantes do Instituto que residem no campo, observando-se as seguintes dimensões: transporte escolar e condições de deslocamento; alimentação; desenvolvimento das atividades acadêmicas de pesquisa e/ou extensão; e acesso aos recursos midiáticos e às novas tecnologias.

Durante todo o percurso, foi realizada a pesquisa bibliográfica com o intuito de fundamentar os estudos, a partir de um levantamento em livros e periódicos especializados, sítios eletrônicos, relatórios, teses e dissertações. Isso proporcionou um acúmulo teórico para as discussões, contribuindo para um melhor delineamento do estudo, discutindo e dialogando com diversos autores as questões relativas aos conceitos-chave da pesquisa.

A pesquisa, portanto, foi desenvolvida por meio de procedimentos teórico-metodológicos distintos,

porém complementares, que foram, em alguns momentos, utilizados concomitantemente.

4 Resultados e discussão

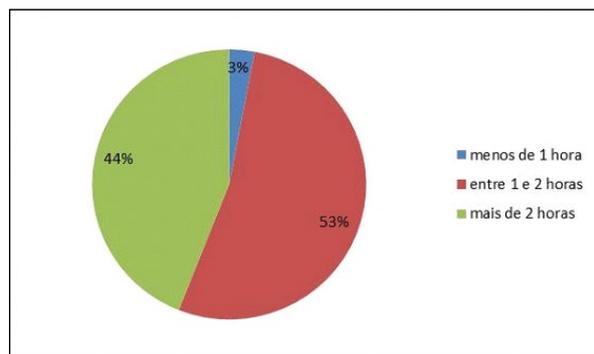
O IFPB *Campus Patos* recebe estudantes de 35 municípios dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, em cursos nas modalidades superior e técnico subsequente e integrado.

O *campus* possui 8% de estudantes residentes em áreas rurais e/ou em municípios categorizados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como essencialmente rurais.

Esses estudantes precisam obrigatoriamente se deslocar do campo para a cidade a fim de continuarem os estudos, visto que não existe atendimento de educação profissional técnica e/ou superior no campo (AZEVEDO, 2006).

De acordo com as respostas obtidas nos questionários aplicados junto aos estudantes que moram no campo, 44% percorrem um trajeto de mais de 2 horas para se deslocar de suas comunidades até o Instituto. Outros 53% responderam que o trajeto leva entre 1 e 2 horas para ser percorrido. Segundo estudos de Azevedo (2006) relativos ao deslocamento de estudantes do campo para a cidade, essa necessidade muitas vezes impõe aos estudantes uma jornada de longos trajetos em vias de acesso com condições precárias, desmotivação, cansaço, entre outros fatores que interferem no desempenho acadêmico durante as aulas, além da dificuldade de interação com os colegas na instituição educacional. A Figura 1 ilustra a situação dos estudantes quanto ao tempo de deslocamento para as aulas.

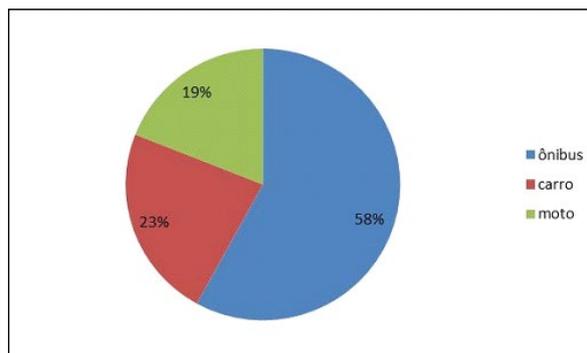
Figura 1 – Tempo de deslocamento no trajeto para o *Campus Patos* do IFPB



Embora 58% tenham respondido que o transporte escolar é feito em ônibus apropriado (Figura 2),

não há garantia de frequência diária do transporte, seja por condições financeiras das prefeituras, por necessidade de manutenção dos veículos ou ainda por acontecimentos no trajeto que, porventura, interrompem as estradas, que são, muitas vezes, de terra batida.

Figura 2 – Tipo de transporte escolar utilizado no trajeto para o *Campus Patos* do IFPB



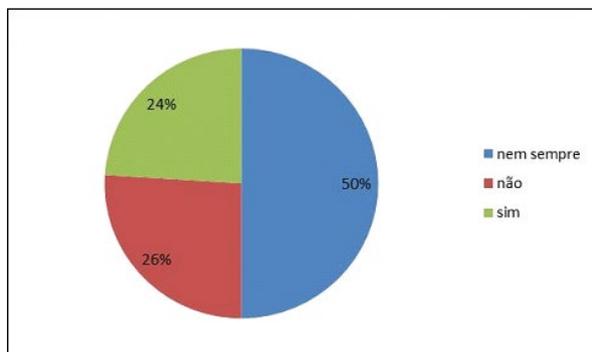
Outro aspecto que também pode interferir nas condições de estudo dos discentes é o fato de os estudantes não poderem se alimentar a contento ou nos horários adequados, visto que o *campus* ainda não dispõe de refeitório e o único meio de acesso à alimentação é no horário dos intervalos, por meio da compra de lanches industrializados, como refrigerantes, sucos e salgados.

Esse fator contribui para a possibilidade de aumento da desatenção, da fadiga e de problemas gástricos, tendo em vista o longo tempo que os estudantes passam sem se alimentar. O elemento nutricional, portanto, se traduz como um dos mais fortes potencializadores de dificuldades no desempenho acadêmico.

Quando perguntados sobre a alimentação, 50% responderam que nem sempre se alimentam antes de ir para o Instituto e 26% disseram que não se alimentam antes do deslocamento e estudos (Figura 3).

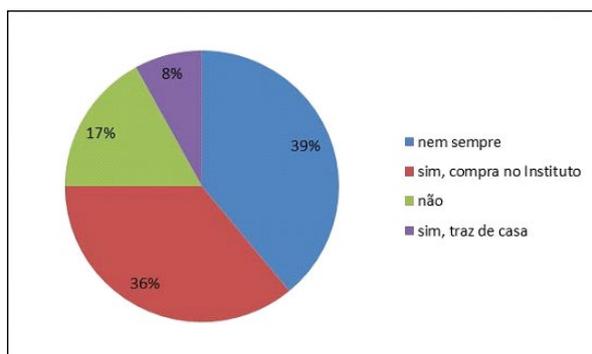
Quando se observam os percentuais dos que nem sempre e nunca se alimentam, percebe-se que o número é alto, mostrando a importância da implantação de um refeitório no *campus* para que a política de alimentação ou merenda escolar possa garantir o acesso irrestrito à alimentação daqueles que moram no campo.

Figura 3 – Dados de alimentação antes de ir para o Instituto



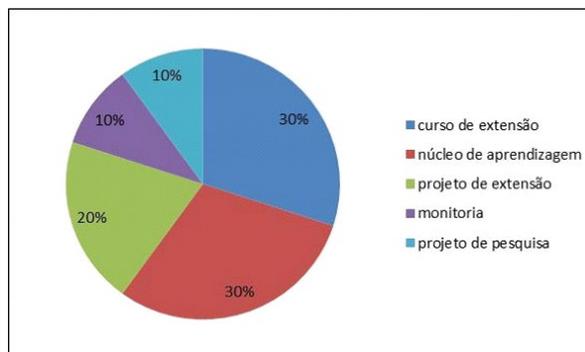
Quando perguntado se os estudantes se alimentam durante o período em que estão no Instituto, 39% afirmaram que nem sempre se alimentam e 36% responderam que compram alimentos no *campus*. O número alarmante de 17% dos estudantes não faz nenhum tipo de alimentação durante o período de estudos (Figura 4).

Figura 4 – Dados de alimentação durante o período de estudos no Instituto



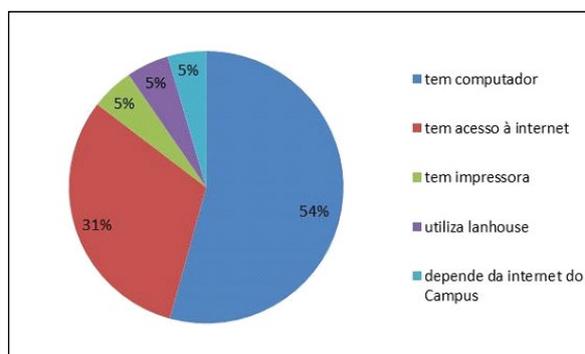
Em relação à participação dos estudantes residentes no campo em atividades de pesquisa e/ou extensão, a pesquisa identificou que ela é relativamente baixa (Figura 5). Muitos apontaram dificuldades em participar dessas atividades devido a elas acontecerem, em geral, no horário oposto às aulas. Sendo assim, as condições de locomoção e de alimentação se colocam, portanto, como obstáculos para que esses estudantes possam participar ativamente das atividades acadêmicas extraclasse promovidas na instituição e que representam grande importância para a formação profissional.

Figura 5 – Participação dos estudantes em atividades integradas ao ensino



Ao analisar as condições de acesso às tecnologias e aos recursos midiáticos, a Figura 6 mostra que 54% dos estudantes possuem computador, mas apenas 31% têm acesso à internet em casa. Além disso, apenas 5% possuem impressora, de modo que configura-se uma situação em que os estudantes que não dispõem desses recursos (computador, internet e impressora) ficam dependentes dos serviços de *lanhouses*, responsabilizando-se pelos custos sempre que necessário, ou restringindo-se à utilização no espaço do Instituto.

Figura 6 – Acesso dos estudantes a tecnologias e recursos midiáticos



Tão importante quanto o acesso ao ambiente educacional e às orientações pedagógicas, o acesso às tecnologias possibilita rapidez na interação com o mundo contemporâneo e é essencial para o desenvolvimento das atividades acadêmicas requisitadas aos estudantes do IFPB. As dificuldades de acesso a essas tecnologias no campo tornam muitos estudantes residentes na zona rural dependentes dos serviços prestados na área urbana, devido a terem contato com essas tecnologias apenas no ambiente do *campus*, principalmente no quesito internet e uso

de impressora, o que impossibilita grandes avanços no seu aprendizado e o acesso às benesses que esses avanços poderiam proporcionar.

Apesar dos avanços, inclusive nos campos científico e tecnológico, a educação para a maioria da população brasileira que vive no campo ainda carece de serviços básicos que garantam sua qualidade.

5 Considerações finais

Esta pesquisa vem contribuir para o reconhecimento e mapeamento dos estudantes oriundos de áreas rurais, bem como traçar um panorama da realidade das condições de estudo desses estudantes no tocante a transporte, alimentação, envolvimento em atividades acadêmicas de pesquisa e/ou extensão e acesso e interação com tecnologias e recursos midiáticos.

Os resultados obtidos indicam a necessidade de aprimorar e integrar as políticas de assistência estudantil e de estrutura do *campus*, no sentido de garantir que os discentes possam desenvolver todas as suas atividades satisfatoriamente. Para isso, é mister observar a localidade de moradia como requisito para aquisição de bolsas institucionais com valores diferenciados; e priorizar a implantação de um refeitório, que garanta alimentação em horários que atendam aqueles que chegam ao Instituto sem se alimentar e aqueles que permanecem na instituição no horário oposto às aulas, participando de atividades de pesquisa e/ou extensão, realizando trabalhos requisitados pelos professores, ou usufruindo dos equipamentos tecnológicos, da internet e dos laboratórios do *campus*.

De uma maneira mais ampla, salienta-se que a política de expansão e interiorização dos Institutos Federais, representada pela implantação do *Campus* Patos do IFPB, precisa vir associada a uma política de assistência estudantil. Assim, poderá contribuir para consolidar mudanças no cenário educacional e tecnológico do sertão paraibano por meio da oferta educacional pública, gratuita e com qualidade social, em particular para os sujeitos que estavam à margem dessas oportunidades.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Márcio Adriano de. **Descompassos na Política Educacional**: a reorganização da educação rural em Jardim de Piranhas/RN (1999-2006). 2006. 154

f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos e definições da PNAD**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm> Acesso em: 06 abr. 2014.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Org.). **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COSTA, Lucílio Marinho da. **A Construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Tiradentes/Mari-PB**: desafios e possibilidades para a educação do campo. 2010. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Por Uma Educação Básica do Campo. In: ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social no Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 1999 (Coleção Por uma Educação do Campo, caderno n. 2).

MELO, Ferdinando Santos de. Serviço Social, Educação e Produção do Conhecimento. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 6., 2009, Belém. **Anais...** Belém: IFPA, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque; OLIVEIRA, Liliâne Lúcia Nunes de Aranha. **Das Desigualdades aos Direitos**: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo. Brasília: Secretaria de Relações Institucionais. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2009.